

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA UTILIZADA PARA MANUTENÇÃO DO PODER POLÍTICO

Geórgia Patricia da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Roraima (IFRR)

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA UTILIZADA PARA MANUTENÇÃO DO PODER POLÍTICO

Resumo: Este trabalho procura enunciar algumas contradições entre discursos e práticas manifestadas nas intervenções do centro histórico da cidade de São Luís, tendo como objetivo principal analisar quem mais se beneficiou com a questão da proteção do patrimônio histórico-cultural do centro antigo. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa teve caráter exploratório e descritivo, permeada pela interdisciplinaridade. Foram consultados documentos institucionais relativos ao programa de preservação, partindo para identificação e análise de fatos. Assim, o trabalho ressalta que a prática preservacionista resultou em novas configurações urbanas e funcionou como um lócus privilegiado de oportunidades rentáveis ao poder político, o que acabou legitimando e mantendo o status quo de determinados indivíduos.

Palavras-chave: Poder político, patrimônio cultural, preservação, Centro Antigo.

PRESERVATION OF THE CULTURAL HERITAGE AS A STRATEGY TO KEEP POLITICAL POWER

Abstract: This paper aims to show some contradictions between speeches and practices manifested in the interventions at the Historical Center of São Luís, aiming principally to analyze those who have benefited from the protection of the historic cultural heritage of the old town. From the theoretic methodological point of view the research has an exploratory and descriptive feature permeated by interdisciplinary study. Institutional documents have been studied which are related to the Preservation Program starting from the identification and analyzes of facts. Thus, this study highlights that the preservationist practice resulted in new urban configurations and it functioned as a place privileged by profitable opportunities to political power, which ended by legitimizing and keeping the status quo of some individuals.

Key words: Political power, cultural heritage, conservation, Old Center

Recebido em: 10.11.2010. Aprovado em: 16.06.2011.

1 INTRODUÇÃO

A crescente competição entre as cidades a partir dos anos 80 intensificou o debate sobre as possibilidades da obtenção de recursos externos em vários países. Com o objetivo de obter um melhor posicionamento¹ e embora não seja divulgada, a cultura passou a ser explorada sob formas diversas. Foi assim que se viram tão presentes os movimentos de proteção da tradição, tendo em vista que se (re)descobriu a sua potencialidade como elemento que atrai pessoas e divisas.

Sob a bandeira de salvaguardar a cultura ameaçada, houve um direcionamento de projetos para os centros antigos² onde estão localizados muitos bens arquitetônicos e históricos. Atualmente, existem inúmeros casos de programas de preservação voltados para estes centros. No caso do Brasil, temos o exemplo de Ouro Preto, Salvador, Olinda, São Luís, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, entre outros, que, praticando um estereótipo de um desenho padrão considerado desejável, tentaram escolher alguns bens edificados e “acontecimentos”, nos quais categorizaram como patrimônio cultural, distinguindo-se dos demais.

Um fato que chama atenção é que esses centros antigos, preservados sob a onda do “rejuvenescimento”, tiveram projetos que se tornaram muito semelhantes, pelo fato de destinarem recursos para os espaços de grandes potenciais turísticos, mas que em décadas anteriores estavam associados à deterioração, ao abandono e à decadência. E foi sob o discurso da proteção do patrimônio cultural e da tradição que legitimaram os projetos que têm como bandeira a reversão da feição atual, considerada decadente e imprópria para o desenvolvimento de atividades comerciais, notadamente vinculadas ao turismo.

Assim foi o caso do centro antigo³ de São Luís do Maranhão, onde os monumentos e fragmentos urbanos, considerados significativos no passado, perderam valor de uso, numa espécie de desintegração, sem quase conexão com as novas áreas da cidade, tornando-se inadequados às necessidades urbanas do presente. Vale lembrar que essa desconexão se deu por vários motivos, tais como a setorização das atividades urbanas, a habitação nas cidades operárias e também a transferência do centro administrativo para a “cidade nova”.

Observando os inúmeros casos brasileiros, não se pode negar que os temas referentes à revitalização das áreas centrais antigas adquiriram, na atualidade, incontestável

relevância no contexto das políticas públicas. Mas, o que se percebe é que, na maioria das vezes, os resultados dessa intervenção são apresentados como fatos que só têm lado positivo, já que o movimento da preservação, baseado no discurso da proteção do patrimônio cultural, ofusca as estratégias desveladas e os reais beneficiados com o movimento da suposta valorização da tradição.

Resgatando um contexto, viu-se que com a influência das agências multilaterais, na década de 1970, o centro antigo de São Luís considerado “inadequado”, e preterido pelo poder público, foi incorporado ao planejamento e gestão do território, fato que consubstanciou uma configuração de novos usos e funções com a famosa política cultural, a qual passou a ser pouco mais que interpretações de versões internacionais, imbuídas de sistema de ideias e valores globais.

Seguindo a tese da homogeneidade dos programas de revitalização disseminados em várias partes do mundo, como aponta Bidou-Zachariasen (2006) receituário, Guedes e Santos (2002), comentam que no Brasil, em 1971, foi firmado o Compromisso de Salvador (que estabeleceu, como uma das suas principais metas, estimular a criação de órgãos de preservação do patrimônio nos municípios e nos estados, buscando realizar políticas locais de preservação).

No ano 1973, foi criado o Programa de Cidades Históricas - PCH, para financiar os projetos de preservação apresentados pelos estados e/ou municípios, buscando recuperar os prédios e devolvê-los à sociedade de forma dinâmica. (GUEDES; SANTOS, 2002). O PCH, gerido pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), juntamente com a EMBRATUR e o IPHAN, abriu linhas de crédito destinadas à restauração de imóveis para fins turísticos e à concessão de incentivos tributários, entre outras medidas. (RODRIGUES, 2001).

Com tanta disponibilidade de recursos externos, não foi por menos, que desencadeou o movimento que incorporou os centros antigos à vida contemporânea pelo seu acervo cultural. Essa crescente valorização do espaço antigo promoveu a consagrada união entre turismo e o legado cultural, apresentada como uma forma de garantir a revitalização da tessitura urbana e o futuro econômico das cidades.

Independentemente da razão, maior ou menor, que possa assistir o comportamento

acrítico em relação às práticas de preservação e revitalização, o que parece fundamental é que haja discussões que possam ser confrontadas com o caráter funcionalista das intervenções urbanas, praticamente rodeadas de numerosas “propagandas” que tentam convencer que a “reabilitação”⁴ do antigo centro mediante a preservação do patrimônio cultural traz inúmeros benefícios, sem na prática apresentar para quem.

A inquietação da pesquisa aponta para a revitalização do centro antigo de São Luís com seus espaços vazios, e também acusado de decadente⁵; sua causa e consequência frente à dinâmica de produção do espaço urbano. O antigo centro de São Luís, abandonado por décadas, passou a representar a “identidade” da cidade, tornando-se, em tese, o lugar peculiar da sua cultura e memória. Semelhantemente a outros centros revitalizados, adquiriu uma forte carga simbólica, acompanhado de inúmeros adjetivos massificados pelas estratégias de divulgação – tudo para envolver os indivíduos emocionalmente.

É de se notar, portanto, a necessidade de avaliar a intervenção derivada do programa de revitalização nas mais diversificadas esferas. O intuito não recai no sentido de denunciá-la, mas no de entender o processo de desenvolvimento urbano mediante a aplicação de estratégias que dão visibilidade aos patrimônios e quem se beneficiou mais com isso.

Para o desenvolvimento do estudo aqui apresentado, foi utilizado o método qualitativo de pesquisa, em que se privilegiou como técnica de coleta de dados a entrevista e conversas informais com pessoas e grupos que vivenciaram o programa de revitalização. Para a análise dos dados procurou-se, na medida do possível, estabelecer articulações entre as informações coletadas e o referencial teórico do estudo, respondendo assim às questões da investigação.

Sem se restringir à particularidade de São Luís, a implantação dos programas de revitalização reflete em sua plenitude inúmeras mudanças quando são orientados sob os novos padrões de competitividade adotados pelas cidades e tem como consequência a contínua incorporação de serviços modernos sob o tecido urbano com edifícios antigos. De fato, tanto a organização social como a espacial refletem a atuação do poder público e, por vezes, político, em conciliar o ritmo da valorização dos “depósitos” de bens culturais e mantê-los mediante a sua (re) integração a setores e sob vários interesses.

2 REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

O antigo centro de São Luís, por ser uma área portuária, tornou-se centro comercial, de onde se importavam e exportavam mercadorias controladas por militares e chefes do executivo da cidade, o que possibilitou a concentração de atividades comerciais e residenciais por muitos anos. Foi sede das primeiras atividades econômicas de médio e grande e primeiro quartel de centúria, as quais contaram com benfeitorias para melhorar o intercâmbio comercial com outros países.

Por estes e outros motivos, esse espaço urbano foi em aproximadamente 300 anos o centro mais importante da cidade, pois, além de reunir uma gama variada de funções e de pessoas, concentrava funções institucionais, administrativas, comerciais e financeiras, sendo privilegiada com investimento do poder público e agentes privados.

Essa concentração de atividades deu-lhe uma configuração nos padrões de uso e ocupação do solo urbano, mas tudo isso em função das transformações sociopolíticas e econômicas que mudaram o curso deste centro que deixou de ser centro⁶. Com a perda de centralidade, deixou de ser interessante para algumas classes. Assim, assistiu-se ao êxodo de instituições, bancos, repartições públicas para áreas consideradas atualmente mais atrativas. Consequentemente, essa conjuntura fez com que a área considerada central fosse desprestigiada pelo poder público, que reduziu a aplicação de recursos em serviços básicos.

Em Maranhão (1981, p. 8), registra-se a perda de centralidade e uma nova configuração urbana:

A área em questão – de aproximadamente 7 hectares – funcionou desde a fundação da cidade como centro econômico da província/ estado. Ali instalaram-se as companhias de importação e exportação, armazenamento e comercialização, que dirigiam o desenvolvimento da região. Intervenções econômicas dos últimos 50 anos têm reduzido sensivelmente esta vocação do bairro, gerando uma deterioração progressiva que hoje já manifesta pelo comércio marginalizado, habitação subnormal, edificações subutilizadas e mal conservadas.

De acordo com esta situação especificada em Maranhão (1981), os padrões de uso e ocupação

dessa área urbana antiga foram sofrendo alterações e modificações e, nesse sentido, tornou-se um entrave para a cidade, já que a rede intraurbana passou a ser considerada subutilizada, com pouca vitalidade, portanto, um empecilho à modernização. Além disso, o desenvolvimento de atividades informais e, por vezes, vista como ilegais, desenvolvidas por classes populares, ajudou a estigmatizar seus moradores e desprestigiar mais ainda a área em questão.

Durante o Estado Novo, uma parte da Praia Grande e do bairro do Desterro foi destinada pelo Governo à concentração do meretrício, em uma zona de prostituição legalizada, o que incentivou o afastamento das famílias que ali residiam e a desvalorização dos sobrados, gradualmente transformados de boates e bares em cortiços ou pensões para pessoas de baixa renda chegadas no interior maranhense e de outros estados. (LOPES, 2008, p. 33).

Com a saída de estabelecimentos comerciais, houve no centro antigo um esvaziamento urbano, fruto de uma política urbana adotada que não conseguiu incorporar os estoques imobiliários e também dos processos especulativos e as atuações do mercado imobiliário, que interferiram nas decisões sobre quais localizações seriam beneficiadas pelos investimentos públicos. Shor e Teixeira (2007), ao discutirem as causas e consequências dos vazios urbanos no contexto das cidades, ressaltam que o problema dos

vazios urbanos não está exclusivamente na relação de oferta e demanda, mas também nos motivos que determinaram a sua formação.

Um dos fatores para explicar o esvaziamento urbano do centro antigo foi a expansão da malha urbana em direção às zonas litorâneas, intensificando a corrida em direção às praias; e a segunda à canalização dos serviços públicos pra lá. O investimento nos terrenos urbanos no que se refere à sua acessibilidade e transferência dos serviços básicos influenciou bastante na percepção da sociedade quanto ao centro antigo. Mas, isso, até a chegada do movimento de revitalização e preservação na cidade de São Luís.

Na década de 1970, foi criado o Programa de Preservação do Centro Histórico. De acordo com documentos institucionais para formatar o programa oficial da preservação em São Luís, o governo da época, sob a gestão de João Castelo (1979-1982), promoveu uma reunião com especialistas em patrimônio, em outubro de 1979. Conforme o parecer de Aloísio Magalhães, então presidente do SPHAN. Essa reunião teve como objetivo analisar e discutir a proposta denominada de Renovação Urbana da Praia Grande, elaborada pelo arquiteto americano John Ulric Gisiger⁷. O resultado desse encontro ficou conhecido como a 1ª. Convenção Nacional da Praia Grande.

O Programa de preservação do patrimônio histórico de São Luís foi criada à luz da proposta de Gisiger, chamada de Renovação Urbana da Praia Grande (vide Foto 1). O documento

Foto 1 – Livro Renovação Urbana da Praia Urbana



Fonte: Esta ilustração faz parte da apresentação do PRCH, cedida por Andrès (2007).

elaborado por este arquiteto aponta a necessidade de resguardar e conservar a “história” da cidade. De acordo com um dos coordenadores do Projeto, o nome da proposta foi relegado porque o termo renovação remontava à demolição, visto que alguns projetos com esta denominação fora do Brasil apontaram “consequências desastrosas” para o patrimônio.

Para não haver nenhuma associação com experiências de aniquilamento de imóveis antigos, o projeto foi denominado como Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, ou simplesmente Projeto Praia Grande⁸.

Com adesão de algumas instituições o poder público começou a imprimir no centro uma política de desenvolvimento que se impôs às áreas portuárias do Brasil com o movimento de proteção ao patrimônio e história da cidade. Não obstante, na prática, o Projeto Praia Grande foi se configurando em termos de escolhas de lugares para as intervenções. Assim, escolheu-se a Praia Grande⁹, e as outras áreas “invisíveis” do centro histórico da cidade foram pouco beneficiadas.

Por volta de 1987, as transformações na Praia Grande tiveram outros rumos, o trabalho realizado perdeu fôlego e foi arrefecido. O centro antigo volta a ser taxado de área basicamente decadente, e o discurso de resgatar o passado colonial glorioso adquire novamente força com o Projeto Reviver, sob o seu promulgador o político Epiácio Cafeteira.

2.1 O Projeto Reviver e sua estreita relação com o político Cafeteira

Epiácio Cafeteira, governador do Maranhão (1987-1990), instituiu o Projeto Reviver pelo Decreto nº. 67, de 25 de maio de 1989. Comparando a proposta do arquiteto Gisiger (1978) e a execução do Reviver, vê-se que nada tem de novo, pois, não só a preservação está inserida no projeto, mas também o desenvolvimento de atividades, as relacionadas ao comércio varejista, ao turismo, à cultura, economicamente viáveis. (MARANHÃO, 1988, 1981).

Assim, para dar continuidade aos trabalhos de preservação, o Governo Estadual está lançando o Projeto Reviver, cujo principal objetivo é assegurar de forma definitiva a preservação do patrimônio cultural do Maranhão. Concebido em várias etapas, terá como primeira fase o PROJETO

REVIVER – PRAIA GRANDE que concentra suas ações na área mais tradicional de São Luís e seu primeiro núcleo de urbanização. (MARANHÃO, 1988, p. 4).

As decisões políticas para efetuar e requalificar o centro antigo se concentraram em obras, sobretudo na recuperação de casarões, encarados como deteriorados e abandonados, símbolos de atraso, mas dotados de resistência física. No processo acelerado de (re)urbanização que, em última instância, tinha a intenção de criar um novo centro, predominou a valorização estética dos panoramas físicos, bem como o iminente desaparecimento de fatos indesejáveis que não combinavam com a imagem que se queria instituir do lugar.

Contraditoriamente ao que propaga na preservação, o Projeto Reviver promoveu demolições¹⁰. As razões para demolir os bens tombados podem ter inúmeras variantes e são singulares. No Centro Histórico de São Luís, percebe-se uma noção mais complexa do projeto que, por um lado, tentava religar os recortes setoriais para formar uma unidade territorial com a revitalização da arquitetura e, por outro, destruía partes do centro em nome da modernidade.

O PROJETO REVIVER - PRAIA GRANDE se traduz na preocupação primordial de restaurar, atribuindo sempre um novo uso que seja ao mesmo tempo socialmente útil e economicamente viável, respeitando o aspecto arquitetônico tradicional, mas adaptando às necessidades de conforto e utilização da vida moderna. (MARANHÃO, 1988, p. 4).

Associadas a esse governo estavam também inúmeras mudanças e, em tempo recorde (um ano), a Praia Grande se tornou um canteiro de obras e alcançou tão alto grau que até hoje é raro encontrar ações com essa desenvoltura nesse espaço. O processo de mudança do centro, intensificado nesse projeto, trouxe equipamentos culturais que até então não se previam. Com obras intensas, o Reviver assumiu uma posição de destaque na mídia como uma das intervenções mais importantes para a preservação do patrimônio, além da produção de símbolos, que mantinham um diálogo intenso como o imaginário coletivo.

O Projeto Reviver é o mais ousado empreendimento preservacionista jamais executado em qualquer Centro Histórico

em nosso País. Ele resgata uma grande dívida para com a cidade de São Luís, e lava a alma do povo maranhense. Ele coloca o Maranhão na vanguarda das ações de preservação no plano internacional. E, finalmente, ele foi implementado por um governo eleito pela maioria esmagadora dos maranhenses (CAFETEIRA, 1994, p.39).

Neste jogo de constante modernização urbana, verifica-se a composição do campo midiático com seus instrumentos e procedimentos, instaurando a relação de continuidade entre o progresso e o regresso. Frente à instauração do Projeto Reviver, os mesmos que se empenham em conservar o antigo, também promovem o aniquilamento das antiguidades. Como explicar esta ambivalência? Será que o discurso do tempo perdido conseguiu transformar o demolidor em herói, na justificativa de progredir com a destruição do patrimônio que deveria ser preservado?

Esta resposta pode ser dada ao analisar o projeto Reviver e o desempenho do governo Cafeteira concomitante com o processo de (re)construção de uma identidade para o centro, especificamente para a Praia Grande. Primeiro, buscou-se resgatar uma história de riqueza e opulência para, logo em seguida, contrapô-la à decadência em que os prédios e o espaço se encontravam.

Precisamente em dezembro de 1986, atingimos o clímax da situação. Naquela data estavam em ruína alguns dos melhores exemplares do conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís. Edificações que fizeram a glória da capital maranhense durante o apogeu dos séculos XVIII e XIX jaziam sob os escombros.

[...]

Como todo prédio em ruína, havia se tornado uma chaga no corpo vivo da cidade. Ele exsudava, mal-cheirando a fezes, povoado de ratos, repleto de lixo. Tomara-se uma célula cancerosa, antro de banditismo expandindo sua deterioração, ameaçando os sobrados vizinhos e a segurança dos transeuntes. (CAFETEIRA, 1994, p. 28).

Nessa dimensão, vê-se que as estratégias de “reapropriação” do centro urbano estão arraigadas numa concepção que o poder político quer legitimar, convergindo para a criação de uma nova “imagem urbana” que determina

novas formas e conteúdos relacionados aos encantos da “cultura encontrada”. Como estratégia para dirimir as resistências aos programas de preservação, o político aparece como o salvador de uma “espécie” ameaçada de extinção pelas garras do tempo e omissão dos indivíduos. É assim que permeia o discurso da preservação no Centro Histórico, no tempo do Reviver:

A preservação da Praia Grande e as demais obras de restauração – que representam investimentos equivalentes a milhões de dólares – são o melhor exemplo de civilização. Demonstra-se, através daquele trabalho, que uma comunidade organizada e um governo responsável podem preservar o patrimônio histórico como um auspicioso portal para o século XXI. Para atingir esse nível de qualidade, tive que superar vários desafios, a começar pela complexidade das redes de infraestrutura urbana. Projetos inéditos foram desenvolvidos. Para prevenir o alastramento de incêndios, determinei a instalação de uma rede de hidrantes, a única do gênero em um centro histórico do País. (CAFETEIRA 1994, p. 18).

Identificou-se que no desenrolar do Reviver, houve a emergência e consolidação de um discurso hegemônico, baseado na construção social de uma imagem urbana direcionada ao desenvolvimento do turismo. As fases de formulação e implementação das ações soaram como uma estratégia de (re)apropriação do espaço com a exploração de elementos simbólicos, estéticos, sociais e culturais, com implicações na composição urbana.

Turistas de todo o mundo poderão, doravante, ter impressão oposta ao que se presenciava até recentemente e reconhecer o esforço e capacidade de nossa gente em defesa da memória e do patrimônio cultural do Maranhão e do Brasil, por extensão. Isso é desenvolvimento, é cultura, é progresso, sem desprezar a nossa História. A preservação da Praia Grande e as demais obras de restauração – que representam investimentos equivalentes a milhões de dólares – são o melhor exemplo de civilização. (MARANHÃO, 1988, p. 4)

A promoção do programa de revitalização do centro com o Projeto Reviver, para conseguir maior apoio e dirimir resistências, recaiu de

forma pensada e incisiva na anunciada morte¹¹ da região central e sua possível ressurreição com o programa de revitalização. O distinto governador da época, para implantação do programa, abusou da volta ao passado como uma espécie de plágio do estado decadente da agricultura que Almeida (2008) aponta no Livro Ideologia da Decadência.

O procedimento resume-se em pensar uma existência anterior e vive-la, de uma forma idealizada, num momento presente que a desliga por completo. A reflexão se dá pela evocação do avesso. A apologia do progresso, que é um objetivo presumivelmente alcançável, passa por esta idealização do passado (ALMEIDA, 2008, p. 57-58).

As clivagens que orientam o discurso do Projeto Reviver transmitiam continuidades e descontinuidades necessárias e imprescindíveis para que se possa imaginar um futuro que, de forma alguma, deve ser visto com estranheza e sim como uma recuperação, de certo modo, possível do passado “áureo”, posto que fica transparente nas interpretações das falas do representante do governo estadual que é possível se reconstituir de maneira concreta a situação anterior e que cabe nutrir as possibilidades futuras.

O discurso de salvar a cultura e desenvolver a região, ponto comum nos diferentes projetos de preservação, o poder político, por trás da figura

do político Cafeteira, além de interferir nos aspectos urbanísticos, construiu um novo símbolo para o centro antigo: o Reviver. No processo de “reconstrução” do centro, o projeto saiu do abstrato das ideias e se concretizou fisicamente, ou seja, o bairro que originou a cidade, bairro da Praia Grande passou a ser conhecido vulgarmente como Reviver. A Foto 2 mostra a foto panorâmica do bairro em estudo. Destaca-se que se trata do bairro da Praia Grande que faz parte do Centro Histórico.

O nome Reviver passou a constituir estrategicamente aquilo que se tornara vivo, devido à “ressurreição” dos bens edificados e elementos simbólicos promovidos pelo poder político. Neste sentido, a Praia Grande passou a ser apresentada como um lugar distintivo, que representa a cultura e a memória da cidade, propício por excelência para a visualização do encontro de imagens que representam o antigo e o novo. De acordo com Moscovici (2003, p. 314), a criação da linguagem é uma estratégia que, por meio do emprego de palavras associadas a novos sentidos, cria novas representações: “uma vez conseguido isso, as palavras obtêm seus sentidos específicos, e esses, por sua vez, justificam seu uso”.

O sentido do nome Reviver, pensado estrategicamente, pode ser questionado em função do que retratam os jornais, que registram que a Praia Grande teve seu momento “inglório”, mas nunca morreu. Chegou a ter destaque nas páginas policiais um grupo de pessoas que

Foto 2 – Vista aérea do antigo centro de São Luís, também conhecido por alguns como Reviver



Fonte: Espírito Santo (2006)

criticava abertamente a escala de valores sociais presentes. Apesar do abandono do poder público, no núcleo originário da cidade e a existência da população pobre, um legado arquitetônico, registro de uma época que remonta à riqueza e à opulência de uma classe social, perdura até hoje.

Enquanto o renascimento do centro visava ao patrimônio em campo privilegiado de produção do sentido, o novo nome, carregado de caráter persuasivo, se manifestou na consciência dos receptores e deu um impulso ao Cafeteira no campo midiático como salvador da cultura, juntamente com outra política, Roseana Sarney. Por outro lado, ainda que a onda de preservação que se seguiu dependesse grandemente dos subsídios públicos, o peso do projeto o fez um defensor-mor do legado do povo maranhense.

O projeto Reviver tornou-se um recurso excepcional a serviço do poder político que buscava legitimar imagens de pessoas associadas às mudanças urbanas. O ápice do prestígio de Cafeteira foi usufruído pela fórmula do reavivamento do centro, através da preservação do patrimônio, e é com esse tipo de projeto que as transformações internas ganham maior peso e visibilidade com os recursos midiáticos. Neste caso, ressalta-se que o nome Reviver tornou-se um elo com o então governador Cafeteira, na medida em que a experiência de um centro revivido foi se associando à sua pessoa.

O processo de (re)produção de sentido em torno do “renascimento” do velho centro foi assumido por diversos meios de comunicação, notadamente pelo Sistema Mirante¹², para propor novas perspectivas em torno do patrimônio e sua relação com o turismo. Neste caso, a (re)interpretação sobre a identidade da cidade de São Luís permeou o despertar do dever do cidadão e a bondade do Estado de preservar a sua cultura, estimulando operadores cognitivos, que facilitam a criação e aceitação de novas paisagens.

O uso de um discurso do “desenvolvimento”, com a preservação da cultura, e o governador Cafeteira com o apoio do grupo de comunicação da família Sarney, na verdade, permitiu a sua “imortalidade” no cenário do patrimônio de São Luís, fato que, em última análise, acabou monopolizando a informação/opinião dos indivíduos pelo jogo exercido com os recursos midiáticos e as estratégias de disseminação da informação.

É certo que Cafeteira ganhou muita visibilidade ao realizar as obras e ao enfatizar que a cultura

do povo estaria fadada ao desaparecimento e, desta forma, estariam comprometidos os únicos elementos que trariam um conhecimento mais profundo do Maranhão para si mesmo e para os outros. Assim, o movimento “de volta à cidade” (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006) sob a ideologia da preservação do espaço providenciou transformações urbanísticas e reforçou o *status quo* de determinados indivíduos e o seu poder político.

É tácito dizer que o projeto permeado por mudanças (seja no campo físico ou abstrato) no fim das contas acabou beneficiando políticos. A análise realizada recaiu justamente sobre a validade e a extensão da prática e do discurso, fartamente veiculados. E estes discursos, obviamente, foram encerrando uma visão de mundo, de intenções, de ação e um sistema de valores que passaram a habitar no terreno da política, e isto legitimou os salvadores da cultura junto à sociedade, mediante a influência dos diversos meios de comunicação.

3 CONCLUSÃO

O antigo centro de São Luís foi historicamente ocupado por empresas diversas que se valeram das atividades portuárias e que séculos depois foi ocupado por classes populares, com os denominados cortiços. Nesse caso, essa ocupação do solo urbano foi configurada nos meios de comunicação como espaço urbano decadente e impróprio. Esse espaço, relegado e desvalorizado também pelo poder público, que até então não tinha uma história que valesse a pena ser “lembrada”, com o programa de revitalização tornou-se uma mercadoria atrativa.

Nessa dimensão, vê-se que essa estratégia de “reapropriação” do centro urbano com o Projeto Reviver está arraigada numa concepção que se quer legitimar, convergindo para a criação de uma nova “imagem urbana” que determina novas formas e conteúdos relacionados aos encantos da “cultura encontrada”. E como estratégia para dirimir as resistências à dita preservação, o político Cafeteira aparece como o salvador de uma “espécie” ameaçada de extinção pelas garras do tempo.

A autoridade conferida ao governo naturalizou o discurso entre passado e o presente que nem sempre foram equidistantes. Neste sentido, a própria concepção do nome Reviver é rica para se pensar a relação entre esses dois tempos. Tal atitude se revestiu em dois sentidos: de um lado, é como se quisesse apagar e selecionar

fatos antigos em um repertório seletivo para fortalecer a identidade. O segundo sentido, que pode ser percebido, consiste na exaltação de aspectos mais estimulantes, mais glamorosos para que sejam criadas novas maneiras artificiais.

Para refletir sobre o Reviver, não se pode desvinculá-lo das estratégias de marketing que foram usadas para mascaramento da ambiência urbana, gerando uma visão superficial do espaço. A partir da análise sobre a experiência do Reviver na renovação do centro antigo, foram identificados elementos que apresentam evidências sobre a capacidade de alguns políticos que, sob o discurso dos espaços urbanos renovados, se apropriam da cultura para ganhar maior visibilidade e manter o *status quo*.

Viu-se que o Projeto Reviver tornou-se um elo com o então político Cafeteira, na medida em que a experiência de um centro revivido foi sendo associado à sua pessoa. E não por acaso, criador e criatura passaram a (re)ocupar um espaço privilegiado no campo midiático, uma vez que com o jogo de recursos midiáticos acabou se tornando um palco para observar as trincheiras da (re)produção de sentido, inclusive as relações mantidas entre um político e um grupo que mantém um domínio sobre o sistema de comunicação.

Percebeu-se que há a “naturalização” da exaltação e proteção, decorrente da massificação dos meios de comunicação, cuja intensidade tornou possível a construção de um pretense consenso de que “a preservação do patrimônio cultural foi uma prioridade desenvolvida por alguns políticos preocupados com a proteção da tradição. Entre o idealismo criado pela mídia e a utopia, estende-se o vasto domínio da técnica na produção de mensagens, imagens que penetram no campo da percepção e da inteligibilidade humana e que gozam de uma nova ordem cultural, caminhando para a construção do imaginário.

Em síntese, mais do que atitudes saudosistas ou espécie de seguro contra o esquecimento, o programa de revitalização, desdobrado pelo Reviver, antes de tudo, resultou em novas configurações urbanas e funcionou como um locus privilegiado de oportunidades rentáveis ao poder político. Arantes (2000, p. 31), reconhece que essa estratégia de exaltação do centro antigo não se dá por acaso, haja vista que

Rentabilidade e patrimônio cultural se dão as mãos nesse processo de revalorização urbana sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência:** leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ANDRÈS, L. P. **Programa de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís.** São Luís, 2007. Trabalho em formato Powerpoint.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord). **De volta à cidade:** dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. Tradução Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

CAFETEIRA, E. **Reviver:** Revival. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1994.

DIAS, S. R (coord.) **Gestão de marketing.** São Paulo: Saraiva, 2003.

ESPIRITO SANTO, José Marcelo (Org.). **São Luís:** uma leitura da cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006.

GISIGER, J. U. **Renovação urbana da Praia Grande:** estudo preliminar. São Luís - MA, 1978.

GUEDES, K. D.; SANTOS, S. R. Políticas federais de preservação: uma abordagem histórica. IN: SOUZA, Maria José (Org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo.** Brasília: UNB, 2002.

LOPES, J. A. V. **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara:** guia de arquitetura e paisagem. São Luís: Servilla, 2008.

MARANHÃO. Secretaria da Cultura. **Projeto Reviver:** Praia Grande - preservação do patrimônio cultural. São Luís, 1988.

_____. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto Praia Grande:** programa de obras para o Largo do Comércio e adjacências. São Luís, 1981.

_____. _____. Comissão e Coordenadoria do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. **Pesquisa sócio-econômica:** projeto Praia Grande. São Luís, [19—].

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2003.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P. P.; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2001. (Coleção Turismo Contexto).

SCHICCH, M. C. Restauração, renovação, revitalização, requalificação, reabilitação. **Revista do Grupo Requalificação Urbana**, São Paulo, n. 2, 2005.

SCHOR, S. M.; R. A. TEIXEIRA **O mercado de imóveis e os instrumentos urbanísticos para revitalização do centro de São Paulo**. 2007. Texto apresentado no Curso de Capacitação – Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1998.

NOTAS

¹ O posicionamento em Administração de Marketing consiste na criação de uma posição ou imagem na mente do consumidor que seja diferenciada em relação aos produtos oferecidos pela concorrência. (DIAS, 2003, p. 104).

² Adota-se como centro antigo o espaço urbano que no passado se constitui como o primeiro centro da cidade.

³ No caso de São Luís, o centro antigo é o Bairro da Praia Grande, lugar de fundação da cidade e que tem sua ligação com o porto e o comércio, e onde ainda estão edificações consideradas importantes, as quais alocaram parcela da população e comércio. O termo antigo é para afirmar que a região não é mais centro da cidade porque já não se constitui um ponto obrigatório, por determinados motivos, ou seja, não há necessidade para que as pessoas para lá se desloquem (VILLAÇA, 1998).

⁴ Reconhece-se que os termos reabilitação, revitalização, requalificação e renovação têm sentidos diferenciados no urbanismo. Neste trabalho serão utilizados como sinônimos para indicar ações sobre contextos existentes, construídos e consolidados que pretendem dar uma nova função e forma a arquiteturas em contextos urbanos de valor histórico. (SCHICCH, 2005).

⁵ Na década de 1980, os centros principais já estavam quase totalmente tomados pelas camadas populares. Aquilo a que se chama ideologicamente de „decadência. do centro é tão somente sua tomada pelas camadas populares, justamente sua tomada pela maioria da população. (VILLAÇA, 1998, p. 283).

⁶ O conceito de centro principal ou de centro tradicional corresponde à maior aglomeração diversificada de empregos, ou a maior aglomeração de comércio e de serviços. De acordo Villaça (1998) “[...] nenhuma área é ou não é centro; como fruto de um processo – movimento – torna-se centro”.

⁷ O arquiteto Gisiger, formado pela Cronell University dos EUA, catalogou e classificou os “monumentos históricos” de São Luís. Em entrevista com Phelipe Andrès, ex- Coordenador Geral do Projeto Praia Grande, em 10 de julho de 2009 afirmou que juntamente com Ronald Almeida e Gisiger, constituíram, a partir do Encontro, um grupo de trabalho que produziu o chamado Projeto de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

⁸ Por falta de um nome próprio para designar todo o espaço do Projeto, adotou-se a imprecisão geográfica de denominá-la Praia Grande. Somente a parte central do projeto é conhecida por este nome, já que na realidade ele engloba desde o Cais da Sagração, ao norte, até o Desterro, ao sul. (MARANHÃO, 1981).

⁹ Praia Grande é o nome de um bairro da capital do estado do Maranhão. Localiza-se em seu centro histórico, o qual possui um conjunto arquitetônico colonial (barroco português) inscrito como Patrimônio Cultural da Humanidade na lista da UNESCO.

¹⁰ O Centro Histórico de São Luís sofreu também, entre as quais estão a Av. Magalhães de Almeida e a Rua do Egito. Outras obras, para fins de vias de contorno, foram realizadas sob o discurso de proteger o patrimônio cultural, resultaram em vias expressas com a construção de viadutos e pontes, iniciadas na década de 1970, e particularmente na demolição de inúmeros imóveis antigos.

¹¹ A pesquisa socioeconômica – Projeto Praia Grande - aponta o perfil econômico e social da área do Centro Histórico e a quantidade de famílias e as ocupações da Praia, mostrando que havia sociabilidade na área em questão, portanto área não estava morta. (MARANHÃO, [19—]).

¹² Maior sistema de comunicação do Maranhão (pertencente à família Sarney), tem a Rede Mirante de Televisão, o jornal O Estado do Maranhão, a Rádio Mirante FM e a Rádio Mirante AM, além da veiculação pela Internet.

Geórgia Patrícia da Silva

Administradora

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Roraima – Campus Boa Vista
E-mail: geoufpe@yahoo.com.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Roraima - IFRR

Rua Araújo Filho, nº 823, Edifício Moura Center, Centro - Boa Vista/RR
CEP: 69.301-090